



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6705 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT05 - Estado e Política Educacional

GESTÃO DEMOCRÁTICA E EDUCAÇÃO DE QUALIDADE: experiência de uma escola pública de Porto Seguro/BA

Jose Feliciano dos Santos - UESC - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

GESTÃO DEMOCRÁTICA E EDUCAÇÃO DE QUALIDADE:

experiência de uma escola pública de Porto Seguro/BA

RESUMO

O texto apresenta uma análise acerca da gestão democrática no contexto escolar por meio de uma revisão bibliográfica na base de dados da CAPES.

Palavras chaves: Gestão Democrática. Participação. Política Educacional.

1. INTRODUÇÃO

Durante a década de 1980, “o Brasil vivenciou a travessia da ditadura militar à redemocratização, onde a questão democrática assume centralidade nos debates e nas lutas em todos os âmbitos da sociedade ao longo dessa década” (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2006, p. 30). Nesse contexto, muitas reivindicações foram feitas na busca por garantir e assegurar à educação como direito de todos a partir da expansão e democratização das oportunidades de escolarização.

A forte mobilização da sociedade civil em prol da democratização da educação pública intensificou a defesa da expressão “gestão democrática” como processo de estabelecimento da democracia na sociedade e na educação. A Constituição Federal (CF) de 1988 trouxe um capítulo dedicado à educação, incorporando princípios da democracia no contexto educacional, em seu artigo 206:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei.

Esses princípios constitucionais recebem contornos práticos e mensuráveis, como fora destacado no parágrafo VI, do art. 206, que estabelece como, ressalta Freitas (2019, p. 72), “espaço de deliberação coletiva (estudantes, funcionários, professores, pais ou responsáveis)”, abrindo possibilidades em colocar em prática a democracia “como base para a melhoria da qualidade da educação e aprimoramento das políticas educacionais, enquanto políticas de Estado articuladas com as diretrizes nacionais para todos os níveis e modalidades de educação/ensino” (DOURADO; AMARAL, 2011, p. 303).

Nesta perspectiva, apresentamos dados de uma pesquisa em desenvolvimento no Mestrado em Educação, com recorte temporal de 2014 a 2019, cujo objetivo é analisar como se dá a participação dos sujeitos que compõem uma escola pública municipal de Porto Seguro/BA na gestão escolar para a construção de uma educação de qualidade. Tem como questões de pesquisa: De que modo a instituição desenvolve ações no contexto escolar que caracterizam formas de gestão democrática, considerando os princípios constitucionais de igualdade, liberdade, pluralismo de ideias e qualidade referente ao artigo 206 da CF/1988 acerca da educação como direito de todos (as) brasileiros e brasileiras? Como se dá a participação dos diferentes segmentos da escola na gestão escolar? Os sujeitos participantes da pesquisa são os professores/as, coordenadores pedagógicos e gestores que atuam na escola da rede pública municipal de Porto Seguro - BA.

Para o atendimento ao objetivo deste trabalho, o referencial teórico-metodológico da pesquisa está fundamentado em uma abordagem dialética do real e das relações contraditórias existentes no processo educativo, compreendendo a realidade dinâmica, historicamente situada e inserida numa totalidade (CURY, 1987). Com uma metodologia de pesquisa tipo bibliográfica, em que sua finalidade, segundo Marconi; Lakatos (2003) é “colocar o pesquisador em contato direto com o que foi escrito [...]” (p. 183) sobre o tema, com intuito de recolher informações prévias sobre o objeto investigado, nesta pesquisa, a gestão democrática da escola pública. Contudo, a pesquisa bibliográfica “não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (p. 183).

Para este trabalho apresentamos uma revisão de literatura sobre gestão escolar democrática e participação na escola pública, com o objetivo de traçar um panorama dos estudos e pesquisas sobre o assunto, compreendendo dessa forma como a temática vem sendo caracterizada nas produções acadêmicas. Como mencionamos anteriormente, o recorte da pesquisa 2014 a 2019, a partir da vigência do PNE de 2014 até os dias atuais.

Realizamos uma busca em banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Tese e Dissertações/BDTD. As informações sobre as teses e dissertações depositadas no repositório da CAPES são fornecidas pelos programas de pós-graduação das universidades brasileiras, disponível para consulta apenas o título e o resumo da dissertação ou tese, e eventualmente o *link* do *site* onde estão publicados os textos completos. Na maioria das vezes, no *site* da universidade de origem do trabalho do autor está disponibilizada para a pesquisa. Para as buscas utilizamos os seguintes descritores: *gestão escolar democrática* na “escola

pública” e *participação* na “escola pública”. O mapeamento das produções compreendeu o período dos trabalhos publicados de janeiro de 2014 a dezembro de 2018, e a pesquisa foi realizada de janeiro a novembro de 2019.

Para o levantamento das informações, realizamos dois procedimentos, a saber:

1. No primeiro refinamento, realizou-se uma seleção dos trabalhos publicados a partir do ano de 2014 até 2018, considerando as diversas áreas de Conhecimentos. Para o ano de 2019, compreende-se ao período de janeiro a novembro, em que foram mapeados os dados na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações.

2. Para o segundo refinamento, a partir do montante encontrado, direcionou-se para os Programas de Pós-Graduação em Educação.

Após a utilização dos procedimentos metodológicos descritos anteriormente, a partir de um levantamento exaustivo, selecionamos um montante de 20 trabalhos, sendo 6 teses e 14 dissertações, em que realizamos uma síntese dos trabalhos encontrados que convergiam com o objeto desta pesquisa.

Quadro 1: Trabalhos selecionados por categorias: *gestão escolar democrática* na “escola pública” e *participação* na “escola pública” utilizados como porte teórico, base de dados da CAPES, BDTD.

DESCRITORES	CAPES/BDTD		
	Teses	Dissertações	Totais
Gestão Democrática na escola pública	4	8	12
Participação na escola pública	2	6	08
Quantidade de trabalhos	6	14	20

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Os 20 trabalhos selecionados apresentam pontos convergentes ou divergentes com nossa pesquisa, sejam em relação à temática, a metodologia, os sujeitos pesquisados, o contexto de pesquisa, os mecanismos observados para mensurar a efetivação da gestão democrática e participação, dentre outros. Contudo, tem certa correlação com nossa discussão ao passo que, os/as pesquisadores/as têm um entendimento comum sobre a necessidade da gestão democrática e da valorização da participação como fator de qualidade no espaço escolar público.

2. Gestão Democrática da Escola Pública: instrumento de participação e elevação da qualidade da educação

O tema Gestão democrática foi bastante estudado nas décadas de 1980 a 2000, por diversos pesquisadores da área educacional como Paro (2000; 2001, 2016, 2018), Souza (2009), Valle (2008), Azevedo (2017), Marques (2006; 2018), Freire (1993; 1996), Peroni (2012), Dourado (2005; 2018), Luck (2009; 2011), no sentido de explicar a realidade educacional brasileira e a efetividade desse princípio no ambiente escolar.

Todavia, ao realizarmos um levantamento bibliográfico, um movimento inicial de busca por estudos e pesquisas sobre o assunto para auxiliar as reflexões deste trabalho, não identificamos produções acadêmicas com discussões envolvendo a participação dos professores, coordenadores e gestores escolares no processo de pensar a gestão escolar e propor ações que visem efetivar a gestão democrática, considerando a participação efetiva dos envolvidos, propondo ação interventiva no contexto escolar.

Durante o trabalho de análise, ao organizarmos uma síntese a partir da utilização dos descritores “Gestão Escolar Democrática” e “participação” seguido da expressão “escola pública”, encontramos temáticas bastante diversificadas. Dentre elas, destacamos:

1) A gestão democrática e participativa e sua importância para a juventude, para as famílias, com os professores e demais profissionais da educação nos processos decisórios da escola pública.

2) As atribuições da Gestão Escolar como categoria responsável por articular, coordenar e acompanhar o trabalho dos profissionais da escola na perspectiva de garantir condições para a aprendizagem dos estudantes.

3) O papel do pedagogo na organização do trabalho pedagógico na perspectiva da gestão democrática nas escolas municipais, em interlocução com a Qualidade na Educação.

4) Os desafios de implementação dos elementos de Gestão democrática para a escola pública a saber: o Projeto Político Pedagógico (PPP), Conselhos Escolares, Grêmios Estudantis, Eleições de Diretores, Associação de Pais e Mestres, Conselho de Classe, Planejamento Pedagógico e Reuniões de Pais.

Isso nos leva a compreender que a participação está presente nas relações sociais distintas com estreita ligação com as diversas atividades/campos de nossas vidas: família, comunidade, trabalho, luta política, educação, dentre outros. Por envolver sujeitos diversos implicados nessas relações é que o ato de participar está estreitamente ligado ao ato de dialogar. Trazendo tal reflexão para nosso lócus de pesquisa, a “participação da comunidade na escola entendida como mecanismo da gestão democrática se fundamenta essencialmente no diálogo como prática educativa” (DRABACH; SOUZA, 2014, p.237).

A gestão democrática no contexto escolar foi tema de reflexões na tese de Marques (2006), ao exprimir que nos anos 1990, o foco do debate sobre a democratização da educação foi direcionado para as relações internas da escola,

[...] que deveriam ser democráticas, com a participação da comunidade escolar em sua gestão, sendo regulamentada, inclusive, pela LDB e tornando-se um dos princípios da educação na Constituição Federal de 1988. Dessa forma, a democratização das relações na escola torna-se uma exigência legal, que a comunidade escolar deve assumir (MARQUES, 2006, p. 74).

Nesse sentido, é importante destacar que nossa pesquisa se assenta na compreensão de que a gestão democrática se faz necessária dentro do âmbito escolar, podendo ser observada a partir do pressuposto de participação dos sujeitos nas ações decisórias da escola nos diversos assuntos abordados. Cabe destacar que o termo “gestão democrática” apareceu pela primeira vez na Constituição Federal de 1988, como um dispositivo legal, o que conforme Valle (2008, p. 63), “nem nas Constituições anteriores, nem na legislação de ensino em vigor até esta data, pode-se encontrar esta referência”. Assim, entendemos que o maior desafio reside justamente na efetivação do referido princípio, nas escolas públicas, considerando a importância da participação, autonomia, trabalho coletivo, descentralização, dentre outros (AZEVEDO, 2017).

Nesse contexto histórico, Souza (2009) argumenta que a gestão democrática foi então compreendida como um processo político, no qual as pessoas que atuam na/sobre a escola identificam problemas, discutem, deliberam, planejam, encaminham, acompanham,

[...] controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola na busca da solução daqueles problemas. Esse processo, sustentado no diálogo, na alteridade e no reconhecimento às especificidades técnicas das diversas funções presentes na escola, tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da

comunidade escolar, o respeito às normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola (SOUZA, 2009, p. 125-126).

Nessa perspectiva, buscar a qualidade da educação é pensar coletivamente como promover atividades na escola que envolva participação da família na promoção, junto a seus filhos estudantes, na aquisição da aprendizagem que contribua para a melhoria da qualidade do ensino. O exercício de uma prática inclusiva nesse sentido, não pode ser uma garantia e responsabilidade somente de uma parcela da escola, docentes e gestão, e da gestão pública, é preciso envolver os demais sujeitos famílias, comunidade em geral e os discentes, nesse processo de busca de qualidade.

Peroni (2012) aborda que a gestão democrática, como parte do projeto de construção da democratização da sociedade brasileira, exige que no interior da escola construa o projeto político-pedagógico/PPP, e insira os sujeitos na participação das decisões. Para a autora, todo esse engajamento para a democratização do interior da escola, provoca mudanças e aprendizagens aos mecanismos de participação:

[...] eleição para diretores, a autonomia financeira, são processos pedagógicos de aprendizagem da democracia, tanto para a comunidade escolar, quanto para a comunidade em geral, porque a participação, depois de muitos e muitos anos de ditadura, é um longo processo de construção (PERONI 2012, p. 28).

Para Rogério (2016), esse processo de aprendizagem de participação pressupõe ainda que, não é somente nos colegiados escolares que a gestão democrática está presente,

[...] mas em outros âmbitos de relações na escola, por exemplo, na entrada e na saída dos estudantes, quando é necessário uma organização e um cuidado especial para que tudo transcorra tranquilamente para todos; na realização das aulas, onde o professor planeja a atividade de ensino e organiza sua aula de modo democrático e respeitoso, considerando a participação dos alunos e das pessoas no cotidiano escolar demanda o trabalho coletivo, colaborativo, compartilhado e co-responsável (ROGÉRIO, 2016, p. 9).

A esse respeito, Luck (2011, p. 18) advoga que, “a participação em seu sentido pleno, caracteriza-se por uma força de atuação consciente, pela qual os membros de uma unidade social reconhecem e assumem seu poder de exercer influência na determinação da dinâmica, de sua cultura, e de seus resultados”.

Nesse contexto, acerca da participação, Vitor Paro (2016) alerta para uma reflexão dos condicionantes internos e determinantes externos presentes na comunidade que influenciam a formar de efetivar o envolvimento dos sujeitos com a escola, anunciando a existência de quatro condicionantes internos, a saber: 1) Condicionante material - referente à estrutura e às condições de trabalho em si; 2) Condicionante institucional - dizem respeito à existência, ou não, de relações hierárquicas; 3) Condicionantes político-sociais - abrangem questões como interesses imediatos, conflitos, constituição de grupos com diferentes perspectivas onde o confronto é algo inevitável; 4) Ideológicos da participação - que são associados às concepções e crenças sedimentadas historicamente na personalidade de cada pessoa e que movem suas práticas e comportamentos nas formas de relacionamento com os outros.

Paro (2016, p.55) destaca ainda a existência de “determinantes externos à unidade escolar, presentes na comunidade: condicionantes econômicos e sociais; culturais; e institucionais”. Esses determinantes interferem de certa maneira na participação da comunidade na vida da escola.

3. CONSIDERAÇÕES

Quando destacamos a categoria participação nesta pesquisa, partimos do princípio que a participação é essencial para a concretização da gestão democrática, pois ela funciona como uma espécie de termômetro para sua aferição. Essas reflexões são validadas pelo pensamento de Lück (2011) ao abordar que o ato de participar no ambiente escolar pode gerar o comprometimento dos sujeitos envolvidos, com abrangência de pais, funcionários, professores, alunos e gestores.

Nesse sentido, a revisão de literatura aqui apresentada ressalta a gestão escolar democrática e participação e a importância dos diferentes sujeitos que compõem a escola em ações no contexto escolar que caracterizam formas de gestão democrática, considerando os princípios constitucionais de igualdade, liberdade, pluralismo de ideias e qualidade referente ao artigo 206 da CF/1988 acerca da educação como direito de todos (as) brasileiros e brasileiras. Por isso, o próximo processo de pesquisa seja dialogar com os sujeitos participantes da pesquisa professores/as, coordenadores pedagógicos e gestores que atuam na escola da rede pública municipal de Porto Seguro – BA sobre os tipos de atividades realizadas visando a participação dos diferentes segmentos da escola na gestão escolar.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Giselle Ferreira Amaral de Miranda. **Gestão Democrática: uma análise do Plano de Desenvolvimento Institucional e do Projeto Político Pedagógico do IFMA/Campus São Luís - Universidade Federal do Maranhão.** Programa de Pós Graduação em Educação. Mestrado em Educação. Dissertação (Mestrado em Educação) Monte Castelo São Luís - MA, 2017.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Contradição elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo.** São Paulo: Cortez Editora, 1987.
- DOURADO, Luiz Fernandes; AMARAL, Nelson C. **Financiamento e gestão da educação e o PNE 2011-2020: avaliação e perspectivas.** In: DOURADO, Luiz F. (Org.). **Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas.** Goiânia: Editora UFG; Belo Horizonte: Autêntica, p. 285-315, 2011.
- DRABACH, Nadia Pedrotti; SOUZA, Ângelo Ricardo de. **Leituras sobre a gestão democrática e o “gerencialismo” na/da educação no Brasil.** Revista Pedagógica, Chapecó - SC, v. 16, n. 33, p. 221-248, jul./dez. 2014.
- FREITAS, Luiz Carlos de. **O Efeito da Gestão Democrática na Escola Estadual de Ensino médio professor João Bento da Costa do município de Porto Velho entre os anos de 2011 a 2017: um estudo de caso.** Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, RS, 2019.
- FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (org.). **A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino técnico.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.
- LAKATOS, E. M., & MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica** (5a ed.). São Paulo: Atlas, 2003.
- LUCK, Heloisa. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- MARQUES, Luciana Rosa. **Caminhos da democracia nas políticas de descentralização da gestão escolar.** Ensaio: aval. pol.públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.53, p.507-

526, out./dez.2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensino/v14n53.pdf>. Acesso em: 10 Ma, 2020.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 4ª ed., São Paulo, SP: Editora Cortez, 2016.

PERONI, Vera Maria Vidal. **A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado**. Pro-Posições, Campinas, v. 23, n. 2 (68), p. 19-31, maio/ago. 2012.

ROGÉRIO, Rosa Maria de Freitas. **Gestão Democrática e Interfaces com os Espaços Educativos**. São Paulo. Valinhos, 2016.

SOUZA Ângelo Ricardo de **Explorando e Construindo um Conceito de Gestão Escolar Democrática**. Educação em Revista | Belo Horizonte | v.25 | n.03 | p.123-140 | dez. 2009.

VALLE, Ione Ribeiro. **O lugar dos saberes escolares na sociologia brasileira da educação**. In: Currículo sem Fronteiras, vol. 8, n.1, p. 94-108, jan/jun, 2008. Disponível em www.curriculosemfronteiras.org. Acesso em 10 jul. 2020.